



1 Ao oitavo dia do mês de agosto, o Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía  
2 da Ilha Grande iniciou sua Reunião Ordinária Plenária, contendo os  
3 seguintes itens de pauta: **1- Abertura; 2- Aprovação da pauta; 3-**  
4 **Aprovação da ata da 76ª ROP; 3-Referendo da Resolução nº 37 -**  
5 **Atualização do PAP do CBH-BIG 2025-2026; 4-Aprovação da**  
6 **Resolução de criação da Câmara Técnica de Monitoramento; 5-**  
7 **Deliberação sobre a solicitação do FFCBH dos recursos**  
8 **remanescentes da realização do ECOB; 6-Apresentação do PAF**  
9 **Guandu; 7-Apresentação Monitoramento Hidrológico da Bacia; 8-**  
10 **Repasso sobre o ERCOB-BH; 9. Assuntos Gerais.**  
11  
12

13 **Presentes na reunião:** Luís Paulo Nascimento (DAE Paraty), José  
14 Arruda (CEDAE), Tito Cals (OTSS/Fiocruz), Laura Costa (Defesa Civil  
15 Paraty), Krishna Cetsu (APATAM), Cesar Bassi (Eletronuclear), Joacyr  
16 Nogueira (SUPBIG/INEA), Daniela Teixeira (SEMAM), Pedro Souza  
17 (APATAM/INEA), Raphaella Vieira (DISERQ/INEA), João Gabriel  
18 (DISERQ/INEA), Marcelo Crespi (DISERQ/INEA), Cesar Bassi  
19 (Eletronuclear), José Arruda (CEDAE), Joacyr Nogueira (SUPBIG/INEA),  
20 Rosangela Nunes (FUNAI), Felipe Freitas (INEA).

21 **Convidados:** Antônio Mendes (AGEVAP), Gabriela Teixeira (AGEVAP),  
22 Vitor Santos Lisboa (AGEVAP), Michaella Macêdo (AGEVAP), Ana Clara  
23 Rodrigues (AGEVAP), Patricia Finamore (ONDAS),  
24

25 **1-Abertura** – Sr. Luís Paulo iniciou dando as boas-vindas a todos os presentes,  
26 agradecendo a presença de todos os membros, especialistas da AGEVAP e  
27 equipe do INEA presentes.

28 **2- Aprovação da Pauta;**

29 A pauta foi aprovada pelos presentes.

30 **3- Aprovação da ata da 75ª ROP;**

31 A ata da 76ª Reunião Ordinária Plenária foi aprovada por todos os presentes.

32 **3-Referendo da Resolução nº 37 – Atualização do PAP do CBH-BIG 2025-**  
33 **2026;**

34 Sr. Luis Paulo iniciou a pauta passando a palavra para Sr. Gabriela, que iniciou  
35 a apresentação. Introduziu informando que seria apresentada a resolução de  
36 atualização que foi aprovada. Informou que o PAP traz o desembolso de 2023 a



37 2026 e foi aprovado em 2022. Explanou que a atualização do PAP foi necessária  
38 pelo projeto SANEAR BIG, que não tinha recursos previstos a serem  
39 desembolsados para a ação e pela padronização dos PAPs dos comitês para o  
40 PAP utilizado pela Agencia Nacional de Águas e Saneamento (ANA), comentou  
41 que a previsão de arrecadação foi atualizada e incluída no PAP. Informou que a  
42 atualização foi aprovada Ad Referendum em função do Decreto Estadual de  
43 2021 estabelecer que as atualizações e revisões dos PAPs tem que ser  
44 encaminhadas ao CERHI até 30 de julho do ano anterior a sua vigência, por isso  
45 só foi possível referendar nesta plenária. Explanou a linha em que o edital  
46 SANEAR BIG está, e o valor que foi inserido para os próximos anos. Informou  
47 que a ANA tem uma estrutura de PAP dividida em 4 finalidades e em quais ações  
48 do BIG estão classificadas. Enfatizou que o PRH-BIG segue sendo “o norte” do  
49 Comitê, porém os programas, subprogramas e ações estão encaixadas na  
50 estrutura do PAP. Mostrou como era o PAP antes da atualização, o modelo após  
51 a atualização e os valores que foram modificados. Apresentou o PAP completo,  
52 informando que todos os valores utilizados para 2024 são de ações previstas na  
53 PAAD 2024. Finalizou a apresentação e abriu espaço para dúvidas e  
54 considerações. Sr. Tito manifestou a importância do SANEAR BIG para a região  
55 e questionou como foi realizado o levantamento de recursos para a ação. Sr.  
56 Luis Paulo comentou sobre os recursos de FUNDRHI desde a criação do Comitê,  
57 recursos inutilizados em outros anos, ficando assim um “saldo” que foi realocado  
58 para o valor total necessário para a ação estar completo. Utilizou como exemplo  
59 a criação do MOP com as ações prioritárias e o valor de cada uma delas, que foi  
60 sendo realocado. Sra. Gabriela informou que não foi necessário realizar muito  
61 remanejamento do valor, apenas a forma como foi apresentado no PAP, já que  
62 havia um recurso previsto para a ação de esgotamento sanitário, porém o valor  
63 não era suficiente para o total previsto do projeto, redistribuindo o valor total do  
64 saldo em conta. Sr. Antonio comenta sobre as mudanças realizadas e que ao  
65 início pode ser considerado incomum, porém todas as mudanças são para  
66 melhoria. Sra. Gabriela comenta sobre a possível necessidade de atualizar todos  
67 os anos, porém com este modelo agora utilizado, será mais fácil caso  
68 necessário. Sr. Tito questiona se é possível que todo saldo remanescente deste  
69 ano seja automaticamente adicionado ao recurso total do SANEAR BIG e Sra.  
70 Gabriela comunica que sim, mas que deve ser pensado a melhor forma de se



71 realizar. Sr. Luis Paulo comunica que deverá ser pensado na Oficina de  
72 construção da PAAD, considerando importante pensar na melhor data desta  
73 Oficina, visto que a PAAD deverá ser aprovada em dezembro. Sr. Luis Paulo  
74 questiona se há alguma dúvida. A pauta é encerrada.

75 **4-Aprovação da Resolução de criação da Câmara Técnica de Monitoramento;**

76 Sr. Luis Paulo solicita que Sr. Bassi se coloque a frente para contextualizar a  
77 pauta. Sr. Bassi inicia falando sobre a importância do monitoramento no território  
78 e como a participação dos membros na CTM será importante. Informou que há  
79 recurso previsto na PAAD para a ação e que foi determinado a partir de estudos  
80 técnicos de valores de estações de monitoramento. Informou que mesmo sem a  
81 Câmara Técnica, o edital para aquisição dos materiais está sendo trabalhado, e  
82 que após a efetivação da CTM, o trabalho será ainda melhor. Comunicou sobre  
83 a importância de conhecer o território, a situações de vulnerabilidade como no  
84 caso da Banqueta, e que o Comitê já está em contato com atores relevantes  
85 para este processo, como as prefeituras e defesas civis dos municípios. Sr. Luis  
86 Paulo comenta sobre a importância do enquadramento dos rios, que será  
87 implementado nos próximos anos, e que será de grande relevância o  
88 conhecimento do território. Informou que a resolução foi demandada da última  
89 reunião Plenária, em Paraty, a qual foi proposta a criação da Câmara Técnica de  
90 Monitoramento. Sr. Vitor leu a resolução, esclarecendo os pontos mais  
91 importantes a plenária. Comunicou que a CT foi criada em conformidade com o  
92 Regimento Interno do Comitê. Sr. Luis Paulo comenta sobre o projeto de  
93 balneabilidade do INEA, um projeto importante, mas que está com dificuldade  
94 para a execução na região, e que o CBH-BIG está em contato com o INEA para  
95 apoiar o projeto. Informou que este e outros projetos de monitoramento,  
96 qualidade e quantidade das águas estarão em pauta nesta Câmara Técnica. Os  
97 membros comentam sobre a questão da necessidade da presença de no mínimo  
98 1 membro de cada segmento para formação de quórum e início da reunião,  
99 ressaltando que isso pode dificultar a execução da reunião. A secretaria  
100 executiva informa que a paridade dispõe sobre as deliberações na CT, que não  
101 poderão ser deliberadas sem a paridade, mas as reuniões podem acontecer  
102 normalmente. Sr. Vitor questiona aos especialistas do INEA presentes se a  
103 paridade para o início de reuniões das CTs e Grupos de Trabalho podem ser



104 retirados, por ser uma informação retirada do regimento interno do Comitê. Os  
105 especialistas da AGEVAP e INEA informam que avaliarão internamente a  
106 possibilidade de mudança da necessidade de no mínimo 1 membro de cada  
107 segmento (paridade) para início das reuniões, e fica decidido que a plenária  
108 aprovará a resolução e caso seja necessário e viável, poderá ser alterada. Após  
109 a discussão dos membros e especialistas, a resolução é aprovada sem mais  
110 sugestões e a pauta é encerrada.

111 **5-Deliberação sobre a solicitação do FFCBH dos recursos remanescentes da**  
112 **realização do ECOB;**

113 Sr. Luis Paulo iniciou a pauta comunicando sobre o e-mail que o Fórum  
114 Fluminense enviou ao BIG solicitando a permanência do recurso remanescente  
115 aprovado para o evento ECOB RJ. Comunicou que o BIG apoia uma série de  
116 eventos do Fórum Fluminense de Comitês de Bacia Hidrográfica (FFCBH) com  
117 recursos financeiros, com valores previstos para cada Comitê conforme sua  
118 arrecadação. Comunicou que houve a previsão de um valor de R\$2.500,00 para  
119 o ECOB RJ, saldo esse que não foi utilizado em sua totalidade, devido a  
120 contribuição de parcerias externas durante a formulação do evento. Não houve  
121 a devolução do saldo remanescente e o Fórum segue em discussão para decidir  
122 se o valor ficará ou não com o FFCBH. Sr. Luis Paulo comunica que como  
123 membro do fórum, considera desnecessário que o recurso fique nas mãos do  
124 Fórum Fluminense de CBHs, já que em caso de novos eventos a serem  
125 realizados, o FFCBH pode solicitar aos Comitês os recursos previstos para a  
126 realização. Comunicou que o fórum solicita resposta quanto a solicitação de ficar  
127 com o recurso ou não. Informou que como Diretor Geral, considera importante  
128 que a Plenária entenda qual seria o peso dos recursos para o evento, com a  
129 utilização para a realização de oficinas, palestras e etc. Sr. Vitor Lisboa solicitou  
130 a Sr. Luis Paulo que fizesse a explanação sobre o que é o Fórum Fluminense de  
131 CBHs para os presentes que não conhecem. Sr. Luis Paulo explanou o que é o  
132 Fórum, seu papel e sua área de atuação. Sr. Antonio comenta sobre o ente  
133 deliberativo do estado ser o CERHI – Conselho Estadual de Recursos Hídricos  
134 e o Fórum Fluminense ser um fórum de articulação. Sr. Luis Paulo abriu o espaço  
135 para a plenária, considerando importante os apontamentos dos membros. Sr.  
136 Tito e Sra. Krishna concordam com a manifestação de Sr. Luis Paulo. Sr. Joacyr



137 manifesta interesse em que o recurso remanescente volte a conta do Comitê,  
138 mas que fique de “stand by” – a disposição do Fórum Fluminense caso  
139 necessário para a realização de eventos. Sr. Luis Paulo concorda, e informa não  
140 saber onde o dinheiro ficará visto que o Fórum não tem conta bancária. Os  
141 especialistas da AGEVAP informam que a secretaria executiva dos comitês  
142 também é a secretaria do Fórum Sra. Raphaella informa concordar com Sr.  
143 Joacyr. Sr. Luis Paulo questiona se há mais algum apontamento. A pauta é  
144 encerrada com a deliberação de que será enviada uma carta ao Fórum  
145 Fluminense solicitando a devolução do saldo remanescente, mas caso  
146 necessário, este saldo poderá ser aportado em eventos do Fórum.

#### 147 **6-Apresentação do Programa de Água e Floresta (PAF) Guandu;**

148 Sr. Luis Paulo inicia a pauta informando ser uma pauta solicitada pela Diretoria,  
149 Sr. Tito comentou sobre ter realizado um curso sobre o Pagamento por Serviço  
150 Ambiental (PSA) e em uma das reuniões de diretoria ter comentado sobre a  
151 importância do projeto, destacado sobre não ser tão comum na região da Baía  
152 da Ilha Grande e solicitando o aprofundamento no assunto para ações nos  
153 próximos anos pelo Comitê. Sr. Luis Paulo informa que a diretoria fez o convite  
154 a Sra. Gabriela, Gerente de recursos hídricos da AGEVAP, para que fizesse uma  
155 apresentação sobre o PAF Guandu, um projeto do Comitê Guandu executado  
156 pela AGEVAP. Sra. Gabriela iniciou a apresentação informando o que é o PAF  
157 – um programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), remunerando o  
158 proprietário rural pela provisão de serviços ambientais em sua propriedade rural.  
159 Explanou uma linha do tempo do projeto, iniciando em 2009 até o ano de 2024.  
160 Informou sobre o projeto piloto, o PAF Rio Claro e o PAF Sacra família, os  
161 resultados iniciais com relação a valores e áreas restauradas, apresentando  
162 imagens das áreas restauradas e outros resultados do projeto. Sr. Tito questiona  
163 se o pagamento é realizado para o proprietário que refloresta sua propriedade e  
164 Sra. Gabriela informa que o pagamento é realizado considerando a quantidade  
165 de áreas conservadas e de áreas disponibilizadas para restauração na  
166 propriedade e que o projeto contrata uma empresa para execução das ações de  
167 restauração florestal. Informou sobre o projeto piloto de restauração com  
168 Sistema Agroflorestal realizado no PAF Sacra Família em parceria com a  
169 Embrapa Agrobiologia. Apresentou o resultado consolidado dos projetos PAF

170 Rio Claro e Sacra Família. Informou que o projeto foi reestruturado e apresentou  
171 as projeções futuras. Informou sobre as duas modalidades do PSA existentes  
172 hoje: o PSA anual, voltado para restauração e conservação florestal, e o PSA  
173 apoio financeiro, destinado ao financiamento da conversão produtiva nas  
174 propriedades participantes. Explicou que serão lançados editais a cada dois  
175 anos, com contratos de até cinco anos com os proprietários. Apresentou as  
176 metas e o arranjo institucional do programa, com as funções de cada instituição.  
177 Informou os valores associados às diferentes modalidades de PSA. Sra.  
178 Gabriela encerra a apresentação, respondendo os apontamentos e dúvidas  
179 levantadas pelos membros. Sr. Luis Paulo comunica sobre um recurso previsto  
180 para uma ação de PSA em 2025 e manifesta interesse em se pensar em ações  
181 relacionadas para serem implantadas na Baía da Ilha Grande e serem incluídos  
182 na Programação Anual de Atividades e Desembolsos (PAAD) 2025. Sr. Tito  
183 considera importante se pensar na implementação de um PSA na região. Sra.  
184 Gabriela informa que se a Plenária manifestar interesse, a secretaria executiva  
185 pode trazer ideias na oficina de construção da PAAD 2025. Sr. Vitor informa  
186 sobre as tentativas de trazer projetos de PSA para a região desde 2014 e que  
187 considera muito importante para a região. A pauta é encerrada.

#### 188 **7-Apresentação Monitoramento Hidrológico da Bacia;**

189 Sr. Vitor inicia a apresentação fazendo uma contextualização do projeto com as  
190 ações previstas no Manual Operativo do PRH-BIG (MOP) e PAAD. Informou ser  
191 um projeto de muito estudo entre os especialistas da AGEVAP as entidades  
192 representadas neste Comitê, principalmente as Defesas Civas de Angra e Paraty,  
193 SAAE, DAE, IEAR/UFF, INEA e Eletronuclear. Apresentou os pontos de  
194 monitoramentos considerados para as Defesas Civas e captações de água,  
195 mostrando cada um dos pontos nos mapas apresentados, sendo eles: UFF  
196 Retiro, Rio Bracuí, Corrisquinho, Trindade, Ponte Branca, Patrimônio, Banqueta,  
197 Cabo Severino, Graúna e Paraty Mirim. Sr. Tito questiona sobre o projeto de  
198 monitoramento estar relacionado a qualidade da água e Sr. Vitor responde que  
199 este projeto tem maior foco na quantidade, e informa que a ideia é comprar um  
200 sensor de turbidez para monitorar a qualidade da água nos pontos de captação.  
201 Sr. Tito comenta que nem sempre o indicador turbidez vai ser útil para  
202 identificação da presença de patógenos causadores de doenças, levantando o

203 ponto de que ao invés de se comprar sensores de turbidez, um contrato para  
204 análise de qualidade de água fosse de mais utilidade. Questionou sobre o SAAE  
205 realizar apenas a cloração da água disponibilizada, e não a filtração. Elogiou o  
206 trabalho da autarquia, mas manifestou que é necessário se pensar na maior  
207 segurança hídrica da água que a população consome. Sr. Luis Paulo comenta  
208 sobre a importância da Câmara Técnica de Monitoramento para se discutir qual  
209 o melhor investimento para o projeto de monitoramento. Comentou sobre a pauta  
210 da última plenária, acontecida em Paraty, a qual foi discutida entre Comitê e  
211 INEA um Acordo de Cooperação Técnica para viabilizar a estrutura necessária  
212 para a realização dos boletins de balneabilidade das águas da região, que tem  
213 sido realizado pelo INEA, e com a proposta de apoio do Comitê, o projeto  
214 continuará sendo feito com excelência. Informou que Sra. Krishna precisará de  
215 um ofício da DIRSEQ para oficializar a parceria. Sra. Krishna informa que a  
216 embarcação está ao dispor da equipe técnica responsável pela análise, porém  
217 precisa de um ofício para formalizar o processo SEI e das informações dos  
218 pontos de coleta para viabilizar o combustível necessário. Sr. Joacyr informa que  
219 a SUPBIG também está à disposição para auxiliar a equipe no que for  
220 necessário. Sr. Luis Paulo informa que o apoio está sendo dado na medida do  
221 possível e as conversas entre INEA, Comitê e Prefeituras estão caminhando  
222 para averiguar a melhor forma de continuar com o projeto. Sr. Vitor apresentou  
223 os valores orçados até o momento, identificando cada ponto de monitoramento  
224 com os valores dos equipamentos, instalação e manutenção quadrimestral. Os  
225 membros comentam sobre a qualidade da água estar relacionada ou não com a  
226 turbidez e Sr. Vitor comenta que em pontos específicos como o sistema de  
227 abastecimento da Japuiba a turbidez é um indicador da qualidade da água, e em  
228 períodos de turbidez elevada o abastecimento é interrompido, conforme  
229 conversado com as instituições durante a escolha dos pontos. Sr. Luis Paulo  
230 comenta sobre o Seminário dos Usuários que será realizado em novembro e seu  
231 tema principal sobre monitoramento, a ser discutido a qualidade da água. Sr.  
232 Vitor voltou a apresentar os pontos de monitoramento informando sobre o maior  
233 desafio do comitê, considerando o ocorrido devido às fortes chuvas no Bracuí  
234 em dezembro de 2023, a Defesa Civil de Angra optou por concentrar as estações  
235 no Rio Bracuí, considerando importante a instalação de uma estação de  
236 monitoramento do Rio Paca Grande em Bananal, município de São Paulo que



237 drena suas águas para o Rio Bracuí, para identificar o nível de água acima do  
238 esperado antes que ele chegue no bairro, causando mais desastres. Informou  
239 que foi enviado uma carta do Comitê ao INEA solicitando a permissão do aporte  
240 financeiro e instalação da estação em Bananal. Questionou aos colaboradores  
241 do INEA presentes se poderiam dar uma resposta ou se estava em  
242 processamento interno. Sr. Gabriela informou que a carta foi enviada solicitando  
243 a instalação na mesma bacia hidrográfica, mas é um município diferente, pois  
244 mesmo que a estação esteja instalada no extremo do Bracuí, o tempo de cheia  
245 não seria suficiente para a retirada da população do bairro. Sra. Raphaella  
246 comenta que será conversado internamente. Finalizou os pontos, informando  
247 que a proposta é realizar a compra das estações ainda neste ano, mas que foi  
248 enviado apenas um orçamento e não está completo. Sr. Felipe do INEA levanta  
249 a questão de se pensar a compra do serviço, ao invés de comprar os  
250 equipamentos e deixar a manutenção por conta das prefeituras, através de um  
251 contrato de locação dos equipamentos e obtenção de dados. Após as  
252 discussões, a pauta é encerrada.

#### 253 **8-Repasse sobre o ERCOB-BH;**

254 Sr. Luis Paulo iniciou comentando sobre a participação do Comitê, sobre a  
255 visibilidade que o CBH-BIG está conquistando e a importância dos projetos  
256 realizados. Sr. Krishna concordou com a fala do Diretor Geral, agradecendo pela  
257 participação e o trabalho realizado na região.

#### 258 **9. Assuntos Gerais.**

259 Sr. Luis Paulo iniciou informando que está presidente do Conselho Estadual de  
260 Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro (CERHI), agradecendo ao  
261 Comitê e a AGEVAP pela confiança e apoio. Convidou os membros interessados  
262 a comporem as câmaras técnicas do CERHI. Informou sobre os convites que  
263 estão sendo realizados para que o BIG apresente suas ações em diversos outros  
264 Comitês e eventos, devido as ações realizadas, e mesmo sendo um Comitê de  
265 baixa arrecadação com a cobrança pelo uso de recursos hídricos vem sendo  
266 reconhecido nacionalmente como referência de planejamento e execução de  
267 trabalhos. Informou sobre os eventos que acontecerão ao longo do ano, abrindo  
268 o convite aos presentes.

269 Sr. Tito informou sobre a realização do curso de saneamento ecológico do  
270 Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS/Fiocruz)  
271 em parceria com o Comitê. Questionou sobre uma Estação de Tratamento de  
272 Esgoto no Saco do Céu que está inacabada, com sua responsabilidade dividida  
273 entre SAAE e INEA. Informou que gostaria de ser aprofundar no assunto,  
274 solicitando que fosse um ponto de pauta para a próxima plenária. Convidou a  
275 Sra. Patrícia a se colocar a frente. Sra. Patrícia apresentou sua instituição, o  
276 observatório ONDAS (Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao  
277 Saneamento). Informou que passará o contato para os membros que se  
278 interessarem.

279 Sr. Joacyr se apresentou e informou sobre as dificuldades que Angra está  
280 passando em relação a água e saneamento. Informou sobre as condições de  
281 água no Bairro Bracuí e captações de água não outorgadas. Manifestou  
282 preocupação com a Banqueta, levantando a necessidade de reflorestamento na  
283 área. Informou sobre a crise hídrica na Japuiba ser recorrente e que importante  
284 considera o papel do Comitê de mediar estes conflitos e demandas. Finalizou a  
285 fala.

286 Sr. Luis Paulo agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.



**Luis Paulo Silva do Nascimento**  
Diretor Geral do Comitê de Bacia Hidrográfica da  
Baía da Ilha Grande

287